

Revista Iberoamericana de Turismo



AS INOVAÇÕES NOS CAMPOS DA ADMINISTRAÇÃO E DA SOCIOLOGIA: EM BUSCA DE NOVOS PARADIGMAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Arim Soares do Bem

Doutor em Sociologia pela Universidade Livre de Berlim, Alemanha.

Professor da Universidade Federal de Alagoas, Brasil.

E-mail: arimdobem@yahoo.com.br

Leila Samira Portela de Moraes

Bacharela em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, Brasil.

E-mail: leilasamira@bol.com.br

Resumo

Desde o surgimento histórico do capitalismo, os administradores e economistas têm se enredado na reprodução de racionalidades instrumentais e cognitivas que orientam poderes de decisão sobre as inovações a partir de uma perspectiva eminentemente calculista. Este poder tem se materializado, desde o início, como um poder que opera *acima da sociedade*, destruindo os limites e as bases de sua própria existência. Também o turismo tem pautado suas estratégias de desenvolvimento e de inovação em demandas e dinâmicas localizadas na esfera do mercado e formado seus gestores a partir de uma perspectiva pragmática inspirada nos modelos clássicos da administração, como se desprende da análise empírica dos impactos sociais, culturais e ambientais provocados na região Nordeste e no Estado de Alagoas. O artigo demonstra que a sociologia pode trazer grande contribuição para ampliar os recursos cognitivos e reflexivos úteis ao desenvolvimento turístico. Mas para que possa produzir frutos mais efetivos, ela também precisa superar alguns de seus próprios bloqueios genéticos e incorporar em seu campo disciplinar temas como a inovação, ao invés de estudar apenas, indiretamente, os seus efeitos.

Palavras-chave: Inovações turísticas. Turismo, administração e sociologia. Sociologia do turismo. Desenvolvimento turístico e inovações.

1 INTRODUÇÃO

Embora o conceito de inovação tenha um caráter bastante polissêmico e impreciso, é inquestionável que a sua utilização tenha se desenvolvido e se consolidado a partir da perspectiva econômica e tecnológica, mantendo-se, pois, circunscrito às preocupações com

competitividade, pressões da demanda e investimentos tecnológicos (ANDRADE, T., 2005) e com um perfil claramente corporativo (FREEMAN, C., 1982). Em decorrência de uma série de processos relacionados à globalização e à necessidade de gerir a competitividade, o tema foi incorporado à agenda de vários setores nos países “desenvolvidos”, passando a integrar a política da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE desde os anos 1980 (CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H., 2000). No Brasil, é a partir do início dos anos 1990 que se pode identificar crescente interesse pelas políticas de inovação, com a criação de fundos setoriais para financiamentos de pesquisas, bem como pela consideração da importância ao fomento às incubadoras de empresas de base tecnológica (LEMOS, C., 2000). No Nordeste, o próprio investimento no crescimento do turismo pode ser visto como uma consequência da adoção, pelos dirigentes de vários Estados, desse movimento em busca de inovação econômica.

A fecundidade do movimento, no sentido de possibilitar o surgimento de redes de articulação entre setores públicos e a iniciativa privada, tem sido reconhecida por vários autores. No entanto, identifica-se simultaneamente a esse reconhecimento uma grande lacuna na aplicação e extensão do conceito de inovação ao campo das ciências sociais ditas puras. Os cientistas sociais, principalmente no campo da sociologia, têm discutido apenas indiretamente questões relacionadas à inovação, privilegiando, por exemplo, a análise de seus impactos nas relações sociais em sentido amplo e, especificamente, nas relações de trabalho (ANDRADE, T., 2005; FEENBERG, A., 1991).

Marx ressalta em várias obras e principalmente naquelas de caráter mais marcadamente político, como no Manifesto do Partido Comunista, o fato de a burguesia não poder “existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção, e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais” (MARX; ENGELS, 2002, p. 48). Durkheim (1999), por sua vez, enfoca as inovações tecnológicas características da sociedade capitalista como marco fundamental para o processo de aprofundamento da divisão do trabalho social e para a construção de dinâmicas específicas no processo de controle social. Weber (2004), por sua vez, concentra-se em torno do conceito de racionalização na sua busca de explicação do próprio desenvolvimento do capitalismo. Schumpeter (1982) produz, com sua obra, grande impacto sobre o desenvolvimento econômico e as transformações tecnológicas, afirmando a necessidade, para o moderno empresário capitalista, do equilíbrio entre liderança econômica e tecnológica. Sobre este último é que recaem críticas formuladas por alguns cientistas sociais contemporâneos, no sentido de este ter contribuído para a elaboração de modelos simplistas e lineares de inovação, abstraindo a dimensão social da tecnologia, ou seja, o fato de ela ser o resultado da conjunção de várias forças sociais e pressões políticas e, com isso, ter estreitado, portanto, o alcance do conceito de progresso técnico (ANDRADE, 2005). Em contrapartida, sugere-se, como é o caso da proposta da socióloga Maria Lúcia Maciel, a adoção do conceito de *ambientes de inovação*, de forma que se possam apreender os fatores políticos, sociais, econômicos e culturais que viabilizam ou bloqueiam a inovação (MACIEL, M. L., 1996).

Diante deste quadro, o objetivo do artigo é contribuir para expandir o debate sobre a inovação para o campo da sociologia, através da busca da definição de critérios capazes de contribuir para balizar o(s) sentido(s) da inovação e instituir medidas para identificá-la, superando as características limitadoras acima identificadas. Com isso, o que se postula é aplicar as abordagens teóricas desenvolvidas ao campo do turismo, pensando-se a especificidade de seu desenvolvimento na região Nordeste e no Estado de Alagoas. No tópico 3 faremos uma breve reconstrução de aspectos relacionados à inovação no campos

da administração e da economia, procurando demonstrar o alcance e os limites dessas abordagens; No tópico 4 discutiremos a necessidade de ressignificar o conceito de inovação, ampliando o seu alcance a partir da inclusão do meio ambiente e da cultura no debate; No tópico 5 desenvolveremos algumas reflexões sobre a inovação no campo da sociologia, analisando a relação entre industrialismo e progresso em autores clássicos. Antes, porém, no tópico 2, a seguir, faremos uma breve reconstrução histórica sobre os processos de internacionalização e globalização do turismo na região Nordeste e no Estado de Alagoas, de modo a demonstrar a urgência na definição de novos paradigmas teóricos capazes de incluir a temática da inovação no processo de gerenciamento da atividade no Nordeste e no Estado de Alagoas.

2 IMPACTOS DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO NORDESTE E NO ESTADO DE ALAGOAS

Em 29 de novembro de 1991 foi criado o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Nordeste – PRODETUR - NE. Os comitês executivo e de coordenação assumiram o papel de acompanhar as iniciativas de investimentos em projetos turísticos em níveis estadual e municipal, como também a tarefa de realizar a articulação com os agentes financeiros internacionais – BID e BIRD – que atuavam em parceria com o Banco do Nordeste (BNB). O Programa foi dividido em duas etapas. A primeira contemplou um montante de investimentos de US\$ 670 milhões, resultado da parceria entre o BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e proveu significativas melhorias na infra-estrutura turística da Região. A segunda objetiva consolidar, completar e complementar todas as ações necessárias para desenvolver o “turismo sustentável” nos pólos onde houve investimentos do PRODETUR/NE I, em benefício da população local, antes de sua expansão para novas áreas. Para a consecução de tais objetivos, foram introduzidos determinados conceitos e mecanismos ao PRODETUR/NE II, tais como: pólos de turismo; processo de planejamento setorial integrado e participativo; fortalecimento da capacidade municipal de planejamento e de gerenciamento ambiental, administrativo e fiscal.

Vários estudos recentes produzidos em âmbito regional e local sobre o processo de internacionalização e globalização demonstram os impactos do desenvolvimento turístico na região Nordeste e no Estado de Alagoas (SOARES DO BEM; PORTELA DE MORAIS, 2008 e 2009; SOARES DO BEM; ESPÍRITO SANTO, 2008; SOARES DO BEM; PADILHA DE VASCONCELOS, 2005; SOARES DO BEM; NUNES DA SILVA, 2005; SOARES DO BEM; SCHLEMPER, 2005; SOARES DO BEM; FILHO, 2006; PORTELA DE MORAIS, 2013; SOARES DO BEM; SCHLEMPER, 2005). Esses impactos foram identificados como sendo decorrentes, de modo imediato, do desenvolvimento da atividade turística. Alguns desses impactos estão listados abaixo e a descrição e análise dos mesmos¹ resultam preponderantemente das atividades do Grupo de Estudos sobre a Internacionalização do Turismo em Sociedades Periféricas - GEITSEP:

Na Bahia, o Projeto Costa de Sauípe foi elaborado a partir de uma monumental estratégia empresarial e de marketing, supostamente centrada na idéia de privilegiar a cultura local e o meio ambiente. No entanto, identificaram-se vários problemas para as comunidades locais, principalmente no que se refere aos preços abusivos de produtos e serviços, como também à poluição gerada pela implantação de uma estação de esgoto para atender a mega-estrutura do Complexo. O artigo publicado no jornal *A tarde*, de

¹ Os dados e cifras são aqueles relacionados às datas de produção das pesquisas.

27/07/2004, mostrou que foi constatado prejuízo para a fauna, vegetação, poluição e de natureza econômica para as comunidades. Segundo o artigo, os moradores da Vila Sauípe reclamaram do mau cheiro, mosquitos, desvalorização de seus imóveis, desmatamento em Área de Preservação Permanente (APP), aterramento de lagoas, transbordamentos de esgoto, atribuídos à implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no distrito, em Mata de São João, a 56 km de Salvador. Denunciaram também a possível contaminação do manancial e danos ao ecossistema do Rio Sauípe.

Ainda na Bahia, o primeiro empreendimento com planejamento turístico foi a iniciativa privada em Praia do Forte, localizada no Litoral Norte, compreendendo uma área de 6.500 hectares, que engloba pastos, matas e florestas, coqueiral, rios, lagoas, doze quilômetros de praias e a Reserva Ecológica da Sapiranga. Os empresários que adquiriram a área tomaram medidas a fim de transformar a atividade agropecuária em um empreendimento turístico, hoteleiro e imobiliário, privatizando e controlando o acesso a áreas turísticas e ecológicas. Em 1984, a Fundação Garcia D'Ávila foi criada para administrar e executar os projetos turísticos na área, apoiando inúmeras iniciativas. Essa fiscalização gerou confrontos entre os moradores locais e a fundação, pois foi proibida a comercialização de comidas e artigos do gênero, a retirada de barracas, bloqueio de acesso aos rios com uso de cercas e policiamento na área.

No Rio Grande do Norte, a avaliação feita pelo BID e BNDS para a primeira fase do PRODETUR apresentou os seguintes indicadores:

- Aumento do fluxo turístico alcançado pelo Estado entre os anos de 1995 a 2001;
- Aumento do número de empregos diretos gerados na hotelaria, que em 1995 era 4.227 e em 2001 passou para 8.400 e o número de empregos diretos e indiretos do setor como um todo, estimado em 95 mil no ano de 1995, passou para 240 mil em 2001;
- Oferta do número de leitos hoteleiros de 12.915 em 1995 para 26.353 em 2.001, com incremento de 104%;
- A receita turística do Estado, que em 1995 era de US\$ 138 milhões/ano, passou para US\$ 216 milhões/ano em 2.001, com aumento real de 56%, mesmo com a desvalorização da moeda brasileira ocorrida no período;
- Aumento do número de voos internacionais, que em 1995 era apenas "um" por semana, em 2001 passou para 8 (oito);
- Evolução da taxa de crescimento da arrecadação dos municípios beneficiados, que era de 7,3% ao ano, passou para 31,3% em 2004 (SOARES DO BEM; PADILHA DE VASCONCELOS, 2005, p. 16).

Apesar do grande sucesso alcançado, muitas deficiências foram apontadas, principalmente aquelas relativas às ameaças para a sustentabilidade da atividade econômica, levando à necessidade tanto de uma maior preocupação com a operacionalização do turismo local como ao fortalecimento dos municípios, de modo a garantir o efetivo controle do uso do solo e dos recursos naturais existentes, assim como a capacitação e qualificação da mão-de-obra, bem como a conscientização e inclusão da população, para que esta possa também se beneficiar com o desenvolvimento da atividade turística (Idem, *Ibidem*).

No Estado de Pernambuco, O PRODETUR I teve o objetivo de explorar o potencial turístico do litoral, no sentido de integrar o balneário tropical aos grandes roteiros

do turismo internacional. O PRODETUR II objetivava realizar obras de infra-estrutura, recuperação e preservação do patrimônio histórico e capacitação de mão-de-obra no Litoral Sul. A mais importante delas estava relacionada à duplicação da rodovia PE-60, no trecho que vai do entroncamento de Suape até o acesso a Porto de Galinhas, orçada em US\$ 7,6 milhões. O projeto incluía ainda a adequação da PE-38, que liga a PE-60 a Nossa Senhora do Ó, e a requalificação urbanística da vila de Porto de Galinhas. Foram também previstas obras de saneamento básico para todos os municípios envolvidos. As investigações detectaram vários problemas sociais decorrentes da atividade turística, tendo relevo o problema do turismo sexual, em várias localidades turísticas e também em Recife (Idem, p. 17).

No Estado do Ceará, O PRODETUR-CE reunia inicialmente um conjunto de projetos com investimentos da ordem de R\$ 160 milhões. Como investimento hoteleiro, estava previsto um complexo constituído de cinco hotéis de categoria 5 estrelas, abrangendo 3.000 unidades habitacionais e um *apart* hotel com 375 quartos. Apesar da faixa litorânea do Ceará dispor de 573 km de litoral próprios para o turismo, o PRODETUR define como área destinada à atividade apenas 115 km do litoral (CORIOLANO, 1998, p. 81). Esta área é denominada Costa Sol Poente. No Ceará, o PRODETUR é coordenado e executado pela Secretaria de Turismo - Setur.

De acordo com a política de desenvolvimento regional, o PRODETUR-CE se apóia nas diretrizes componentes das ações públicas sobre os vários subsistemas da região litorânea e engloba (BENEVIDES, 1998, p. 32):

- Associação do desenvolvimento do turismo com a proposta de regionalização e de interiorização dos investimentos governamentais, uma vez que o litoral corresponde a uma das 7 ADR's, áreas estas que constituem as unidades do planejamento regional e da regionalização do orçamento do governo do Estado (plano plurianual de investimentos);
- Fortalecimento das cidades e núcleos urbanos no litoral, de modo a criar condições de reduzir o papel fortemente polarizador exercido pela RMF;
- Desenvolvimento de atividades que induzam o revigoramento da base econômica regional;
- Desenvolvimento da infra-estrutura do litoral (sistema viário, abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, telecomunicações);
- Preservação de um ecossistema frágil, facilmente degradável de forma irreversível, através do assentamento turístico em bases sólidas e com a conservação da atividade natural (superação da lógica exploradora dilapidatória);
- Desenvolvimento institucional, pela qualificação e aprimoramento da capacidade técnica, administrativa e gerencial dos agentes estaduais e das prefeituras municipais engajadas na execução do PRODETUR, no planejamento urbano e nas gestões ambiental e municipal.

São visíveis, no entanto, em várias localidades turísticas do Ceará, incluindo a capital Fortaleza, a existência de graves problemas sociais que têm, ao lado do modelo de desenvolvimento do turismo, corroborado para a consolidação do turismo sexual (Cf. SOARES DO BEM, 2005; SCHLEMPER, 2010), além de alimentar o tráfico de pessoas (Cf. SOARES DO BEM, 2003; 2004).

No caso específico do Estado de Alagoas, o Programa foi formulado para ser executado também em duas etapas: a primeira (PRODETUR I), com o objetivo de realizar obras de revitalização do histórico bairro de Jaraguá e obras de melhoria das vias urbanas, além do fortalecimento institucional. A segunda etapa contemplaria a continuidade dos esforços já desenvolvidos e a implementação de programas direcionados a outras áreas de interesse turístico, como o litoral norte do Estado. O PRODETUR I fora firmado entre a Prefeitura Municipal de Maceió e o Banco do Nordeste em 28 de dezembro de 1994, com recursos oriundos do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, sendo os primeiros recursos liberados a partir de 1999. Tais investimentos alcançam o valor aproximado de US\$ 22.399.000,00, incluindo os custos com inspeção e supervisão, concentrando-se no resgate do patrimônio histórico e arquitetônico do bairro de Jaraguá, o qual por sua vez, fora tombado pelo Conselho Estadual de Cultura e de Preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural.

Em Alagoas o PRODETUR II teve como objetivo integrar as iniciativas dos setores público e privado, especialmente no que se refere aos investimentos geradores de ocupação produtiva e renda, e preparar e expandir o produto turístico regional, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico. Assim, pretendeu-se trabalhar na área geográfica do litoral norte do Estado de Alagoas, de forma integrada, territorial e tecnicamente, face às características e potencialidades similares que apresentam, abrangendo os municípios de Maceió, Paripueira, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi, São Luís do Quitunde, Matriz de Camaragibe e Porto Calvo (SOARES DO BEM; FILHO, 2006).

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS foi desenvolvido pelo governo do Estado, Secretaria de Planejamento, Unidade Executora Estadual e Consultoria contratada, sendo este plano uma exigência do Regulamento operacional do PRODETUR II e validado no dia 18 de dezembro de 2002. O PDITS contém a indicação dos objetivos do planejamento, a definição da área de planejamento e da estratégia de desenvolvimento do turismo; diagnósticos econômico-sociais, ambientais e demográficos do Pólo; a avaliação crítica do provimento de serviços públicos, em termos de infra-estrutura e capacidade estratégica a demanda potencial de turistas e previsão de seus impactos; plano de ação, incluindo os investimentos públicos e privados necessários para o alcance da estratégia, os custos e os cronogramas para sua implantação, bem como indicadores periódicos de referência.

Um dos maiores problemas relacionados ao histórico bairro de Jaraguá, em Maceió, é a exclusão da tradicional população de pescadores, cujo habitat é exatamente a área que passou a ser restaurada para a utilização turística. Apesar de demonstrar preocupação com o destino dessa população, o projeto de restauração de suas precárias habitações não conseguiu sair do papel e acabou por promover um tipo de desenvolvimento turístico segregador (SOARES DO BEM; NUNES DA SILVA, 2005).

Além de recuperar a fachada de casarões e edificações, como a Associação Comercial, o Museu da Imagem e Som de Alagoas - MISA e Museu Théo Brandão, o projeto tentou deslocar parte significativa da vida noturna de Maceió para a área, com o estímulo ao surgimento de bares, *boites*, restaurantes, casas de *shows* e eventos. Vários desses estabelecimentos tiveram suas atividades encerradas no período de 2001 a 2002, em virtude de uma série de problemas sócio-econômicos e de infra-estrutura, que acabaram por afastar os turistas do local. Além disso, o comprometimento do projeto estava relacionado também ao perfil dos empresários em atividade na área, muitos dos quais não possuíam experiência no ramo do entretenimento, principalmente no campo do turismo. Pessoas de alto poder aquisitivo, com capacidade para realizar investimentos, mesmo assumindo um

risco considerável, lançaram-se nessa atividade sem a correta proporção dos riscos e potencialidades que tais investimentos representavam. Na verdade, percebe-se que esses novos empreendedores embasaram-se fortemente no discurso de que Jaraguá seria o maior pólo de atração com vistas à obtenção de receitas turísticas. No entanto, não identificaram as condições sócio-culturais e desafios específicos do entorno, no sentido de buscarem respostas coletivas para os mesmos (Idem, p. 20).

Parece não ter se fixado totalmente no imaginário dos agentes produtivos que conduziram a revitalização da área que não se pode pensar o processo de revitalização do Jaraguá sem considerar a Vila dos Pescadores, inserida no coração do bairro. A proposta inicial de realizar uma requalificação da área não é consenso entre os agentes envolvidos. O setor público e a comunidade local dividem-se em duas correntes. A primeira defende a completa transferência desses moradores para outro local da cidade, fato já parcialmente ocorrido, sob a justificativa de que o espaço ocupado compromete a beleza cênica do bairro; a segunda é a favor da manutenção dos pescadores, argumentando que a eles encontra-se associada a identidade do bairro. De acordo com a segunda corrente, o modo de viver desta comunidade é parte imaterial do patrimônio material do Velho Jaraguá (Idem, p. 21).

Finalmente, cabe salientar que embora seja justo reconhecer uma mudança qualitativa nos discursos e ações ligados ao desenvolvimento do turismo na região Nordeste e no Estado de Alagoas, devemos ter em mente que muitas dessas mudanças têm se processado de modo relativamente lento e não tem produzido efeitos mais abrangentes. Identificou-se mesmo que temas tão cruciais, como a sustentabilidade, tem se transformado em discurso legitimatório para ações que pouca relação mantêm com uma compreensão ampla do conceito. Neste sentido, o próprio conceito de desenvolvimento sustentável formulado inicialmente pela Comissão Brundtland e também pela Agenda 21 Global resultante da ECO-92, precisa urgentemente ser repensado, de modo a que se resgate o seu núcleo crítico e produtivo. Já abordamos acima, por exemplo, sobre o caso da Praia do Forte (BA), que tem como base o discurso preservacionista e conservacionista, embora tenha provocando, de fato, grandes impactos sobre a estrutura socioespacial e cultural da região e afetado drasticamente a população que tradicionalmente reside na área - pescadores e camponeses -, a qual, a partir da imperiosa submissão à lógica de uma ordem exógena, viu-se administrada e controlada pelos gestores do empreendimento, perdendo mesmo o acesso a determinadas áreas de seu próprio habitat (GOMES, 1997).

Com efeito, repensar o conceito de desenvolvimento sustentável exige um esforço de ressignificação, de modo a ir além da fórmula que o notabilizou e que o deixou cognitivamente aberto para apropriações instrumentais. Trata-se de ir muito além da ideia, não menos importante, do legado de uma geração a outra, tradicionalmente associado à herança natural, fazendo dele um conceito fundamental para o processamento da justiça social e, portanto, para o desenvolvimento e consolidação de relações democráticas. O conceito ressignificado de desenvolvimento sustentável demonstra-se crucial para o desenvolvimento de iniciativas inovadoras no campo do desenvolvimento turístico e, por esta razão, deve forjar também a ressignificação do próprio conceito de inovação. Neste sentido, é altamente pertinente a observação feita por Portela de Moraes (2013, p. 15-16) a respeito de ambos os conceitos:

(...) O conceito de inovação, se depurado de seu caráter pragmático e instrumental e transposto para a perspectiva crítica da sociologia, permite repensar os valores fundamentais do ato de viajar e de organizar a atividade turística, bem como o papel do desenvolvimento sustentável

para o desencadeamento de práticas favoráveis a um intercâmbio democrático entre as culturas mobilizadas.

No tópico seguinte, faremos uma reconstrução do conceito de inovação em seu campo disciplinar de origem, descrevendo suas características básicas, bem como o seu alcance e limites, para que então se torne possível repensá-lo, ainda que de modo mediatizado, a partir do campo disciplinar da sociologia.

3 A INOVAÇÃO NOS CAMPOS DA ADMINISTRAÇÃO E DA ECONOMIA

É unanimidade entre autores da área administrativa que os estudos sobre inovação constituem um complexo campo de pesquisa, rodeado por grandes dúvidas, com muitas ramificações e especializações (MOREIRA; QUEIROZ, 2007, p. 1). A primeira grande dúvida é sobre o próprio conceito de inovação. Apesar de existir um consenso elementar de que a inovação está estreitamente ligada a “algo novo”, há um forte debate em torno do que seja “o novo”. Com isso percebe-se que o conceito de inovação ainda é impreciso e os que dele fazem uso enfrentam também a dificuldade de encontrar um esquema classificatório sintético, de modo a reunir todos os tipos possíveis de inovação (Idem, *Ibidem*).

De acordo com os autores em pauta, existem, no entanto, algumas classificações de inovação que já foram consolidadas e tornaram-se fundamentais como marcos de estudos e pesquisas, como por exemplo, a inovação técnica ou tecnológica, que no campo administrativo é considerada quase um sinônimo do termo inovação (Idem, *Ibidem*). Em termos de inovação tecnológica destacam-se a inovação de produtos, de processos e de serviços. A inovação de produtos abrange produtos tecnologicamente novos, assim como melhorias em produtos já existentes, enquanto a inovação de processos consiste na utilização de métodos de produção novos ou melhorados que aumentam a produção e a eficiência. Quanto à inovação de serviços, sua improtância tem crescido nos últimos anos, como decorrência direta das múltiplas metamorfoses por que passam as sociedades contemporâneas, nas quais se rearticulam e se ampliam as esferas tradicionalmente associadas ao mundo industrial e se engendram novas formas de administrar a “turbulência da sociedade de risco global” (BECK, 1997, p. 18).

O setor de serviços, diretamente relacionado ao campo da atividade turística, possui características específicas e é bastante complexo, sendo merecedor de atenção teórica e empírica especial justamente pelas suas características resistentes às inovações de maior envergadura. Nele, as inovações têm sido pensadas como dependentes de demandas externas (MOREIRA; QUEIROZ, 2007, p.13). No campo específico dos serviços em turismo, as inovações manifestam-se preponderantemente nos ajustes decorrentes de pressões impulsionadas por dispositivos legais e demais formas de normatização relacionadas à incorporação de padrões nacionais e internacionais diretamente implicados no aumento da competitividade, principalmente no que concerne às demandas colocadas pela segmentação turística, como infra-estrutura adequada a turistas com necessidades especiais (idosos, deficientes físicos, etc.) e também a clientes com perfis específicos de outra natureza (GORNI; DREHER; MACHADO, 2009; LOHMAN, 2012). Esse tipo de inovação, mais recorrente no âmbito da atividade turística, poderia ser denominada de *inovação incremental*, por implicar tão somente “pequenas diferenças em relação às práticas rotineiras” (Idem, p. 12), em contraposição às *inovações radicais*, que constituem o motor da produção industrial.

Dentre os diversos modelos explicativos do processo de inovação tecnológica, destacam-se o *modelo linear de inovação* (o mais antigo dos modelos), além do *modelo linear reverso* e o *modelo de interações em cadeia*. De acordo com Stal (2007, p. 34), o *modelo linear*, que estabeleceu bases significativas da política de ciência e tecnologia nos Estados Unidos nos anos 1945, considera que

o investimento pesado em ciência gera um estoque de conhecimento científico no país, o qual é então utilizado pelas empresas no desenvolvimento de novos produtos e processos, gerando riqueza e, posteriormente, desenvolvimento econômico-social.

O *modelo linear reverso*, por sua vez, baseia-se no fato de que a inovação é estimulada pelas necessidades do mercado ou por problemas empresariais. Para este modelo, nem sempre os conhecimentos necessários ao processo de inovação derivam da pesquisa científica ou da prática diária das empresas, podendo estes, assim como os conhecimentos próprios do *modelo linear*, serem também induzidos por necessidades dos consumidores. Ambos os modelos demonstram-se limitados, no entanto, pela “insuficiência em explicar o que efetivamente ocorre no interior das organizações inovadoras” (Idem, Ibidem). O modelo do *elo de cadeia* ou de *interações em cadeia* surgiu para preencher as lacunas deixadas pelos dois modelos citados e procurou enfatizar as interações entre as diferentes fases do processo, permanecendo, no entanto, focado nos fatores organizacionais. Este modelo adquiriu maior complexidade a partir da perspectiva que emergiu com os *Sistemas Nacionais de Inovação*, que consideram, além dos fatores organizacionais, as influências simultâneas dos fatores institucionais e econômicos (Idem, p. 35). Para os modelos sistêmicos, “as empresas não inovam sozinhas, mas, em geral, no âmbito de um sistema de redes de relações com outras empresas, com a infra-estrutura de pesquisa pública e privada (universidades e institutos de pesquisa), com a economia nacional e internacional, com o sistema normativo, etc.” (Idem, p. 35).

De acordo com o Manual de Oslo (1997, p. 41), a abordagem dos Sistemas de Inovação dá ênfase

à importância da transferência e da difusão de idéias, experiências, conhecimentos, informações e sinais de vários tipos. Os canais e as redes de comunicação pelas quais essas inovações circulam inserem-se numa base social, política e cultural que guia e restringe as atividades e capacitações inovadoras. A inovação é vista como um processo dinâmico em que o conhecimento é acumulado por meio do aprendizado e da interação.

Mais tarde, o conceito de *Sistema de Inovação* cedeu lugar ao conceito de *ambientes de inovação*, que será descrito mais adiante. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, no *Manual de Frascati* e no *Manual de Oslo*, elenca conceitos e definições relacionados à inovação, que devem ser reconhecidos mundialmente. Iremos nos ater ao Manual de Oslo, pois se trata do mais amplo e foi publicado em 1997. No *Manual de Oslo* encontra-se uma conceituação bastante abrangente do que seja uma inovação, que abarca um amplo conjunto de inovações:

Uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de

negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas (MANUAL DE OSLO, 1997, p. 55).

O Manual de Oslo (1997, p. 52) reconhece o impacto da inovação sobre o processo de desenvolvimento econômico e empresarial:

O efeito da inovação sobre o produto, a produtividade e o emprego é de particular interesse sobre as políticas de inovação, tanto no âmbito nacional como para setores específicos e regiões. Melhores informações sobre as condições de sucesso poderiam auxiliar o aperfeiçoamento de políticas que visam alcançar benefícios econômicos e sociais provenientes da inovação.

Destacam-se no Manual de Oslo quatro tipos de inovação: inovações de produtos, inovações de processos, inovações de marketing e inovações organizacionais.

A inovação de produtos consiste na

introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que concerne a suas características ou usos previstos. Incluem-se melhoramentos significativos em especificações técnicas, componentes e materiais, softwares incorporados, facilidade de uso ou outras características funcionais (MANUAL DE OSLO, p. 57).

A inovação de produtos é vista, na maioria das vezes, como a mais importante e evidente, pois apresenta uma ligação imediata com o mercado. O termo “produto” pode abranger tanto bens quanto serviços, então a inovação de produtos consiste na introdução de novos bens e serviços ou no melhoramento dos já existentes. A inovação de processos, apesar de menos direta e evidente que a inovação de produtos, apresenta grande vantagem competitiva, pois dá chance a uma empresa de fazer algo melhor que seus concorrentes ou de fazer algo que seus concorrentes não conseguem fazer (MOREIRA; QUEIROZ, 2007, p. 3). São objetivos da inovação de processos: reduzir custos de produção e/ou de distribuição, melhorar a qualidade, ou ainda produzir ou distribuir produtos novos ou melhorados. Para o Manual de Oslo (1997), uma inovação de processos é a “implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado. Incluem-se as mudanças significativas em técnicas, equipamentos e/ou softwares” (p. 58).

Já as inovações de *marketing*, segundo o Manual, possuem o objetivo de melhor atender as necessidades dos consumidores, abrindo novos mercados, ou reposicionando o produto de uma empresa no mercado, visando o aumento das vendas (p. 59). Aqui, igualmente, terá fundamental relevância a abordagem sobre os modos específicos das inovações de marketing, uma vez que atividade turística, da perspectiva dos turistas, é uma atividade cujo produto é percebido em sua dimensão fenomenológica, enquanto experiência. Uma vez que este produto não pode ser “testado” ou mesmo visualizado no momento anterior à compra, adquire o marketing um papel central na atividade turística. Sabemos que de um marketing turístico institucional responsável e eticamente fundamentado depende grande parte da garantia de realização das modalidades cidadãs de turismo que defendemos e propomos. A partir do ano de 1995, por exemplo, o Brasil adotou internacionalmente uma postura bem diferente daquela das décadas anteriores, passando a ter o cuidado de não associar à noção de paraíso, com a qual o Brasil era “vendido”, imagens de mulheres em poses sensuais e provocativas, passando a dar relevo às riquezas culturais e naturais do país (SOARES DO BEM, 2005).

As inovações organizacionais pautam-se pela “implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização de seu local de trabalho ou em suas relações externas” (MANUAL DE OSLO, 1997, p. 61). Elas incluem transformações nas relações de autoridade, nos sistemas de remuneração, nas alocações de trabalho, nos sistemas de comunicação e em outros aspectos da interação formal entre as pessoas na organização. Mudanças no processo de produção ou na prestação de serviços tendem a produzir concomitantemente inovações na estrutura organizacional (MOREIRA; QUEIROZ, 2007, p. 10). Saliente-se que a inovação organizacional é também fator imprescindível para a avaliação dos empreendimentos turísticos.

Segundo o Manual de Oslo (1997), o setor de serviços divide-se em quatro grupos: serviços que lidam, sobretudo com produtos (como transportes e logística); os que trabalham com informação; serviços baseados em conhecimento, e serviços que lidam com pessoas (como cuidados com saúde, turismo, etc.).

A agenda de pesquisas sobre inovação no âmbito da economia e das ciências organizacionais apresenta uma quantidade significativa de investigações, considerada a tradição desenvolvimentista que sustenta a prática de vários países. Podemos enumerar três abrangentes correntes de pesquisa em inovação em nível empresarial. São elas: a corrente individualista, a corrente estruturalista e a corrente do processo interativo (MOREIRA; QUEIROZ, 2007, p.17-18). De acordo com a perspectiva individualista, os indivíduos são os principais agentes da inovação, justamente por suas qualidades pessoais predispostas a um comportamento inovador, tais como: razão, criatividade, valores, etc. Para a perspectiva estruturalista, a inovação é determinada por características estruturais. Na perspectiva do processo interativo, a inovação é resultante da interação entre influências estruturais e as ações dos indivíduos. A inovação faz parte de um sistema cíclico, no interior do qual são sujeitas a constante reinvenção e reconfiguração.

Um dos primeiros intelectuais a refletir sobre a noção de inovação e sua importância para o desenvolvimento econômico foi Joseph Schumpeter, na década de 1930. Para muitos autores, foi Schumpeter o primeiro que reconheceu um lugar de destaque para a inovação na teoria do desenvolvimento econômico. De acordo com Eva Stal (2007, p. 24),

Foi só a partir dos trabalhos de Schumpeter, na primeira metade do século passado, que a tecnologia passou a ser analisada mais a fundo nas respectivas teorias de desenvolvimento econômico. Ele concentrou sua atenção nos efeitos positivos das inovações de processo e produto no desenvolvimento econômico, analisando também o papel da empresa e dos empreendedores no processo.

Para Schumpeter, a inovação conduz o desenvolvimento econômico por meio de um processo dinâmico, no qual tecnologias novas ocupam os lugares das antigas. A inovação para ele, resultando de um processo de “novas combinações”, implica produção de um novo bem ou de uma nova qualidade desse bem; a introdução de um novo método de produção; a incorporação de novos mercados; a conquista de novas fontes de matérias primas ou o desenvolvimento de novas formas organizacionais (MOLDASCHL, 2010). Em sua teoria do desenvolvimento econômico, diferencia Schumpeter entre *inovação* e *invenção*, interpretando a *inovação* como a invenção que produz frutos econômicos e se impõe na esfera do mercado (Idem, p. 2-3), repercutindo imediatamente no desempenho financeiro das empresas. Desenvolvimento econômico e inovações contínuas apresentam-se em Schumpeter como parte de uma lógica organicamente interligada e previsível, tendo em vista o crescimento econômico e não é por outra razão que esta perspectiva levou, nas

últimas décadas, à formulação e execução de vários projetos macro-econômicos (ANDRADE, 2006, p. 142).

Mesmo reconhecendo a contribuição de Schumpeter para o estudo das inovações, seu pensamento tem sido alvo de críticas entre os estudiosos, no sentido de ter contribuído para a elaboração de modelos simplistas e lineares de inovação, abstraindo a dimensão social da tecnologia (Cf. BENAKOUCHE, 1999). A linearidade desses modelos ressalta sobretudo as relações restritas entre indústria e mercado, marginalizando inúmeros outros fatores, como a difusão de conhecimento e informações, assim como novas variáveis de análise (ANDRADE, 2006, p.148). As contribuições da sociologia construtivista, ainda pouco desenvolvida, foram fundamentais para a crítica aos determinismos das práticas econômicas fundamentadas no paradigma em pauta, possibilitando aberturas para abordagens reflexivas, contextuais e multilineares (Idem, p. 145) que permitem desnaturalizar a inovação como expressão de um avanço inexorável e messiânico da racionalidade econômica. Ao mesmo tempo, ao criticar o essencialismo da técnica, tais abordagens possibilitam também a elaboração de novas perguntas sobre a qualidade social do desenvolvimento propiciado pelas inovações, incluindo novos agentes e grupos de interesses na agenda pública sobre o desenvolvimento.

Com efeito, Andrade (2006) descreve as principais perspectivas de análise construídas para compreender o processo de inovação. Uma das primeiras vertentes de pesquisa foi a da “hélice tripla”, que procurava compreender o processo de inovação a partir da articulação de três atores institucionais: universidades, empresas e Estado. A chegada dos anos 1980 mudou a perspectiva de análise da inovação para a formação e desenvolvimento de redes, assim como dos Sistemas Nacionais de Inovação, intrinsecamente vinculados à temática do desenvolvimento. A partir de então os cientistas sociais passaram a colocar como principal questão a relação entre desenvolvimento e inovação, levantando os seguintes questionamentos:

Toda inovação implica necessariamente em desenvolvimento? Ou inversamente: a concepção vigente de desenvolvimento econômico e social pode servir de parâmetro para se avaliar processos inovadores? Essas são perguntas que de diferentes formas tem instigado os cientistas sociais e filósofos interessados na problemática da inovação tecnológica (ANDRADE, 2006, p. 4).

Percebe-se que ganham relevo, além dos fatores técnicos e econômicos, também os fatores sociais e políticos, que introduzem novos critérios para a avaliação do desempenho econômico no processo de modernização das sociedades. Neste sentido, o conceito de *ambientes de inovação* desenvolvido e utilizado pela socióloga Maria Lucia Maciel demonstra-se bastante produtivo. O *ambiente de inovação* pode ser compreendido como um espaço institucional e de relações de forças abertas e intangíveis que um grupo disponibiliza para implementar práticas inovadoras situadas além daquelas relativas exclusivamente ao setor produtivo (ANDRADE, 2006, p. 146).

Se compararmos o conceito de *sistemas de inovação* com o de *ambientes de inovação*, veremos que o segundo conceito é bem mais abrangente, pois abarca elementos advindos da herança cultural e da criatividade de um determinado grupo social. Sabemos que as ciências sociais ainda não se apropriaram devidamente da discussão sobre inovação, que vem sendo desenvolvida preponderantemente no campo da economia. Apesar disso, notamos cada vez mais o aumento de pesquisadores que tentam “incluir variáveis socioculturais nas avaliações e estudos sobre a implementação da inovação em contextos

locais e nacionais” (ANDRADE, p. 146). Isso indica que a sociologia está começando a pensar o tema da inovação, incorporando a ela variáveis sociais, culturais e políticas.

O conceito de *ambientes de inovação* espelha novas dimensões no estudo das inovações e considera necessária a expansão dos pressupostos da inovação, “de forma a incluir as condições coletivas para a qualificação de profissionais, a inclusão de setores marginalizados, a revitalização do espaço urbano, entre outros” (ANDRADE, 2006, p. 148). Os estudos econômicos, com seus indicadores meramente quantificadores, tendem a ignorar a dimensão social da tecnologia e, por isso, não captam as contradições sociais, negligenciando, por decorrência, os seus impactos sobre a qualidade de vida das populações. Maciel (1997, p. 109) conceitua ambientes de inovação como o

conjunto de condições – limites, obstáculos, possibilidades, estímulos – da inovação em uma determinada formação social. Ambientes de inovação refere-se, portanto ao conjunto de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que estimulam ou dificultam a inovação.

Andrade (2006) esclarece como Maciel utilizou o conceito de ambientes de inovação para compreender a inovação no caso italiano:

Por exemplo, no estudo de Maciel (1996) sobre a Itália, o fortalecimento do processo inovativo nos anos de 1980 dependeu fortemente do enquadramento e da flexibilidade de seu ambiente. Neste trabalho a autora utiliza a noção de ambiente e detecta um importante componente cultural e estético que explica o grande impulso à inovação que o país atravessou, independentemente do contexto macroeconômico do período. [...] A autora diferencia a inovação em sentido estreito – tecnológico – e em sentido amplo – socioeconômico, o que lhe permite asseverar que a chave para a explicação do grande surto inovativo da Itália nesse momento se deve mais a fatores culturais e familiares do que a atuação dos agente produtivos. Por exemplo, a maior entrada das mulheres no mercado de trabalho e as tendências pós-fordistas que fortaleceram a propriedade familiar representam fontes explicativas mais consistentes do que os gastos em P & D convencionais (p. 150).

4 INOVAÇÃO, SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E CULTURA

Partindo da constatação preliminar de que o turismo “transcende a esfera das meras relações da balança comercial” (Cf. BARRETO, 1999), cabe-nos tratá-lo de tal modo que seus eixos fundamentais de articulação possam auxiliar-nos na busca do entendimento de suas relações e interdependências, para que a totalidade de seus processos e mecanismos possam ser desvendados. Sobre um amplo conjunto de fatores atuando simultaneamente, os quais abrangem, por sua vez, várias *hierarquias de complexidade* (Idem, p. 141), é que se processam as atividades no setor turístico, expressas sobretudo na imprescindível conjugação de trabalhos de cooperação entre profissionais das mais diversas áreas, tais como profissionais do turismo, arquitetos, sociólogos, administradores, engenheiros, geógrafos, antropólogos, economistas, políticos, etc. Estes profissionais precisam ter uma visão inter e multidisciplinar, de forma que sejam capazes de superar o *tecnicismo* que marca profundamente a história desta atividade no Brasil desde o seu surgimento.

Um autor que tem postulado a necessidade de um planejamento integrado das atividades turísticas é Mario Beni. O modelo teórico-referencial por ele desenvolvido,

denominado Sistur - Sistema de Turismo, procura integrar analiticamente os seguintes conjuntos de sistemas e sub-sistemas:

- a) As chamadas “relações ambientais”, no interior das quais estão assentados os subsistemas ecológico, social, econômico e cultural;
- b) As ações operacionais, que incluem os subsistemas de produção, distribuição (que constituem a oferta) e consumo (ou seja, a demanda);
- c) A organização estrutural, abrangendo a superestrutura jurídico-administrativa e a infraestrutura material (BENI, 1990).

Deve-se salientar que a noção de desenvolvimento identificada pela pesquisa em seu conjunto e que tem sustentado as políticas e ações do setor na região Nordeste tem sido extremamente reducionista e segregacionista (SOARES DO BEM, 2001). O modelo teórico-referencial de Beni pode, assim, dar grande contribuição para o desenvolvimento integrado da atividade. Deve-se salientar, entretanto, que estes três níveis de articulação precisam funcionar *adequada e simultaneamente* para que ocorra um desenvolvimento sistêmico e a falta de coordenação entre os campos, sistemas e subsistemas da atividade possa ser superada. Dentro desta perspectiva, o desenvolvimento econômico deixa de ser reduzido ao crescimento quantitativo observável em dados estatísticos e só pode ser considerado legítimo se for acompanhado pelo desenvolvimento social, ambiental e cultural, contribuindo para melhorar a qualidade de vida e fortalecer as comunidades receptivas.

O desenvolvimento turístico precisa ser capaz de estabelecer um novo contrato social, a partir de um compromisso social para a efetivação de um modelo *re-significado de desenvolvimento sustentável* que promova modelos de inovação agregadores de bem estar social e individual (VALIATI, 2010, p. 230), dando um “salto do tigre” rumo a civilidade e a práticas cidadãs exigidas pelas sociedades contemporâneas (SOARES DO BEM, 2005). Sabemos que desde a Conferência de Estocolmo, de 1972, as ações e necessidades humanas não podem ser avaliadas de modo desvinculado da questão ambiental, principalmente no Brasil, onde a formação sócio-espacial e a questão ambiental se configuraram historicamente a partir de práticas eminentemente imediatistas e segregadoras (PORTO GONÇALVES, 1995). Neste sentido, pode-se dizer, com Barbieri (1998, p. 32), que “a pobreza, a exclusão social e o desemprego devem ser tratados como problemas planetários, tanto quanto a chuva ácida, o efeito estufa, a depleção da camada de ozônio e o entulho espacial que se acumula ano a ano”.

Sobre a questão cultural, pode-se dizer que ela vem sendo redescoberta, dentro das novas dinâmicas da segmentação do mercado turístico, como importante filão econômico e sendo, portanto, instrumentalizada como atrativo turístico, principalmente com relação ao patrimônio histórico e ao turismo cultural. Sendo implementada a partir de exigências impostas pelo mercado, falta aos administradores que têm atuado no setor, entretanto, uma visão mais complexa do *papel* e do *substrato* da cultura nas sociedades contemporâneas. Falta uma compreensão da cultura, não apenas como *produto* (vendável), mas como prática cotidiana vital. Consideramos imprescindível, pois, a utilização do conceito de cultura do *Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS)*, da Birmingham University (Inglaterra), e isto exatamente por julgar questionável a utilização de um conceito de cultura que privilegie somente o aspecto estético, exterior, instrumental ou mesmo folclórico dos fenômenos culturais. Vejamos qual é a posição dos principais articulistas do CCCS (CLARKE; HALL; ROBERTS, 1979, p. 41-42, tradução nossa) com relação à cultura:

A cultura de um grupo ou classe compreende a forma de vida específica e distinta deste grupo, bem como os significados, valores e idéias incorporados nas instituições, nas relações sociais, no sistema de crenças e costumes e no uso dos objetos da vida material. Cultura é a forma específica, através da qual este aspecto material e a organização social da vida encontram expressão. Uma cultura contém a ‘cartografia dos sentidos’ que faz as coisas compreensíveis para os membros de uma comunidade. Esta ‘cartografia dos sentidos’ não se carrega simplesmente no imaginário: ela está objetivada na forma das organizações sociais, através das quais os indivíduos se tornam agentes sociais. Cultura é a maneira como as relações no interior de um grupo são estruturadas, mas é também a maneira como estas formas são vivenciadas, compreendidas e interpretadas (...). Homens e mulheres são, portanto, constituídos através da sociedade, da cultura e da história e estas são também por eles constituídos. Assim os modelos culturais vigentes constituem um tipo de reserva histórica - um ‘campo de possibilidades’, dos quais os grupos tiram proveito, transformam e aperfeiçoam. Todo grupo faz algo de suas condições de existência e através deste fazer, desta *praxis*, a cultura é reproduzida e mediatizada. Mas esta *praxis* acontece somente no campo das possibilidades e das coações...”.

Como vimos, cultura é aqui compreendida como processo dinâmico, que inclui valores, idéias, sistemas de crenças, costumes e representações de grupos e classes sociais. Cultura é compreendida como fenômeno aberto e processual. A função da cultura, assim compreendida, é a constituição de sentido e a formação de identidade para os grupos e indivíduos, os quais não se apropriam deste sentido, no entanto, como passivos receptores, mas os transforma de acordo com suas condições de existência e exigências impostas pela vida prática, cotidiana. Isto se dá não através da apropriação de um sistemas de regras estáticas, mas do confronto ativo, através do qual os grupos sociais, na luta pela satisfação de suas necessidades, apropriam e transformam o sentido atribuído às suas práticas culturais.

Poder-se-ia arguir qual a importância de tal conceito de cultura para o turismo. A resposta é simples. Ele é importante por negar a cultura apenas como o *locus* da intervenção e da instrumentalidade, recolocando-a como a esfera e o espaço das ações significantes dos grupos que nela estão inseridos e diretamente sobre ela atuam. Rejeitar a instrumentalidade não significa desconhecer a cultura como *ambiente* central para a inovação. Ao rejeitar a dicotomia que tem fundado os discursos sobre a cultura (cultura de elite *versus* cultura popular), o conceito do CCCS rejeita também a hierarquização que se lhe acompanha, devolvendo às comunidades receptivas o seu papel de agentes ativos, que têm todo o direito de co-gestionar os usos e a destinação de seus repertórios culturais. Por fim, ao definir a esfera cultural como esfera inacabada e, portanto, aberta, o conceito de cultura do CCCS a reconhece como espaço de luta e de resistência, favorecendo a participação dos diversos grupos sociais na construção ou reelaboração de sua identidade cultural.

A cultura, mesmo se compreendida segundo a concepção do *Centre for Contemporary Cultural Studies - CCCS*, como algo aberto e inacabado, segundo o que foi acima explicitado, comporta também elementos de permanência e de continuidade. Estes elementos de continuidade *determinam*, através do processo de socialização, formas de comportamento compartilhadas que têm um fluxo mais ou menos padronizado de existência. A este caráter *relativamente estático* da cultura dá-se o nome de padrões culturais. No contexto alemão, alguns autores, como Thomas (1996), definem estes padrões como *Kulturstandard*. Também

no contexto alemão Vester (1996) os define como *Identidades Coletivas (Kollektive Identitaeten*. No contexto norte-americano Brake, Walker e Walker (1995) adotam o conceito de “Cultural Orientation Framework”. Adotamos, para a língua portuguesa, a expressão *matrizes culturais*, para situar este caráter relativamente estático e permanente da cultura, também com isto enfocando a natureza *original*, específica do comportamento cultural de determinado grupo social, podendo este ser compreendido em perspectiva nacional ou regional.

O turismo configura uma prática *intercultural* por excelência, uma vez que tem como base central de sua existência a necessidade de administração permanente da interculturalidade. Sendo uma atividade decorrente da *mobilidade espacial*, do deslocamento de turistas de um contexto cultural para outros contextos, o turismo não pode prescindir do conhecimento da *especificidade comportamental* de todos aqueles que são por ele diretamente afetados. Como salienta Pompl (1997, tradução nossa; SOARES DO BEM, 2002),

a administração intercultural significa em sentido amplo a gerência das formas de ação de pessoas (funcionários do setor turístico, turistas e população receptiva) que, em decorrência de seus padrões culturais (Kulturstandards) percebem situações, as vivenciam e interpretam de modo diferente, bem como reagem de modo também diferente a estas situações”.

5 INDUSTRIALISMO E PROGRESSO NO CAMPO DISCIPLINAR DA SOCIOLOGIA

Tanto a moderna administração como a sociologia têm em comum o fato de terem se originado historicamente dos mesmos processos relacionados à revolução industrial (MOTTA, 1997, p. 5). O sistema fabril inaugurou novas lógicas e ritmos relacionados ao mundo do trabalho, que foram fundamentais para constituir e consolidar ambos os campos. No entanto, a despeito dessa origem comum, esses campos se legitimaram através de concepções e práticas bastante distintas. Com relação ao primeiro campo, desde o século XVIII, tanto no setor privado como público, surgiram concepções ligadas à valorização da especialização do trabalho como ferramenta para desenvolver os sistemas produtivos e já no início do século XIX emergiram concepções mais aprimoradas de racionalidade produtiva, sobretudo com os trabalhos de Charles Babbage, todas elas relacionadas à modernização empresarial, algumas das quais permanecem operantes até a atualidade (Idem, p. 6). Saliente-se que se trata, no caso em pauta, de uma relação dialética, que se manifestou acima de tudo nos crescentes efeitos da racionalização empresarial sobre o próprio processo de expansão industrial, fato que adquiriu enorme visibilidade com o advento da chamada *administração científica* no século XX, como o demonstram a uniformização e a padronização, bem como o crescimento em larga escala desencadeados com o taylorismo e o fordismo (Idem, p. 6-8). Os efeitos catastróficos desse modelo de valorização sem precedentes da racionalidade econômica fizeram-se sentir já nos anos 1930 e se propagaram por todo o planeta, transformando as crises em fenômenos rotineiros.

Com relação à sociologia, esta se constituiu a partir do esforço de explicar os problemas inéditos com que se defrontaram os homens diante das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas a partir do século XVIII. As revoluções (industrial e francesa) ocorridas no século XVIII significaram a vitória definitiva da sociedade capitalista sobre o antigo regime, o que fez com que ocorressem transformações radicais nas formas de viver, pensar e agir dos homens da época. Essas transformações

exigiram uma postura diferente diante do mundo, como atesta Martins em referência aos impactos provocados pela Revolução Industrial (1994, p. 16):

A sociologia constitui em certa medida uma resposta intelectual às novas situações colocadas pela revolução industrial. Boa parte de seus temas de análise e de reflexão foi retirada das novas situações, como, por exemplo, a situação da classe trabalhadora, o surgimento da cidade industrial, as transformações tecnológicas, a organização do trabalho na fábrica etc. É a formação de uma estrutura social muito específica – a sociedade capitalista – que impulsiona uma reflexão sobre a sociedade, sobre suas transformações suas crises, seus antagonismos de classe. Não é por mero acaso que a sociologia, enquanto instrumento de análise, inexistia nas relativamente estáveis sociedades pré-capitalistas, uma vez que o ritmo e o nível das mudanças que aí se verificavam não chegavam a colocar a sociedade como um “problema” a ser investigado.

Quanto às mudanças ocorridas com a revolução francesa, Martins (Idem, p. 24) destaca que

o objetivo da revolução de 1789 não era apenas mudar a estrutura do Estado, mas abolir radicalmente a antiga forma de sociedade, com suas instituições tradicionais, seus costumes e hábitos arraigados, e ao mesmo tempo promover profundas inovações na economia, na política, na vida cultural etc.

Em meio a todas essas transformações, os primeiros pensadores passaram a construir a emergente sociologia de acordo com suas respectivas visões de mundo e formas específicas de apreender e explicar a realidade. Suas reflexões deixaram impressões marcantes sobre o papel da ciência, do desenvolvimento, da tecnologia e da técnica. Começamos por Augusto Comte, considerado o “pai” da sociologia. Sua preocupação principal relacionava-se à (por ele identificada) necessidade de (re) organização e aperfeiçoamento da sociedade, a qual, segundo ele, encontrava-se, após a revolução, em estado de desordem. As idéias de Condorcet tiveram grande influência sobre o pensamento de Comte, no que se refere principalmente à concepção do desenvolvimento humano:

A obra de Condorcet traça um quadro de desenvolvimento da humanidade, no qual os descobrimentos e as invenções da ciência e da tecnologia desempenham papel preponderante, fazendo o homem caminhar para uma era em que a organização social e política seria produto das luzes da razão (COMTE, 1983, p. VIII).

Comte rompeu com seu mestre, Saint-Simon, no momento em que iniciou a segunda fase de sua produção (RIBEIRO JUNIOR, 2003), ao discordar de sua concepção sobre as relações existentes entre “ciência e reorganização da sociedade”. Para Comte, a sociedade só poderia ser reorganizada através de uma reforma intelectual na formação do homem como cidadão. Ele não concordava com Saint-Simon, que visava atitudes imediatas para a organização da sociedade. Para o fundador da sociologia era necessária uma mudança na formação e, conseqüentemente, na maneira de pensar de cada homem. E era a filosofia positiva, diante da qual se debruçava, que iria ter papel fundamental para realizar essa promessa. A ciência, na concepção comteana, deveria levar tanto o indivíduo quanto a

sociedade em direção à perfeição, à ordem e ao progresso. Foi justamente baseado nessa idéia de progresso da humanidade que ele elaborou a lei dos três estados. Para ele, essa lei é invariável, ou seja, “a marcha da civilização” estaria a ela submetida. Dessa forma, o desenvolvimento do espírito humano dar-se-ia pela existência desses três estados: o estado teológico ou fictício; o estado metafísico ou abstrato e o estado positivo ou científico.

De acordo com Comte, não só a sociedade, mas também os indivíduos passariam pelos três estados de desenvolvimento: “ora, cada um de nós, contemplando sua própria história, não se lembra de que foi sucessivamente, no que concerne às noções mais importantes, teólogo em sua infância, metafísico em sua juventude e físico em sua virilidade?” (COMTE, 1983, p. 5). A lei dos três estados constitui a base de sua concepção de história, em cujo topo o estado positivo representaria o progresso da humanidade, liderado por uma classe científico-industrial. Seriam os sábios, associados aos industriais, que dominariam a tecnologia. Ele possuía uma visão otimista e, quiçá, ingênua da sociedade capitalista e afirmava que “uma ordem moral humanitária” poderia extinguir os conflitos de classe. Para Comte, o progresso (dinâmica social) estaria subordinado à ordem (estática social) e teria a tarefa precípua de aperfeiçoar as instituições sociais, conferindo-lhes um espírito positivo. Comte compartilhava com Condorcet a idéia de que a sociedade caminha para o progresso, sempre em direção a fases superiores da evolução. Dessa forma, o progresso é concebido como “a passagem de umas a outras etapas, sendo estas incompatíveis, a antiga e a nova” (RIBEIRO JUNIOR, p. 290).

Apesar de Comte ser considerado o pai da sociologia, foi através de Durkheim que ela foi elevada ao patamar de ciência, uma vez que ele buscou definir com clareza o objeto da sociologia e fundou os métodos de investigação (DURKHEIM, 2003). Durkheim viveu num período marcado, de um lado, por crises econômicas e aguçamento dos conflitos existentes na sociedade capitalista, com o operariado passando por condições precárias tanto de vida quanto de trabalho e, conseqüentemente, se organizando como classe. Esse período também foi marcado por intensos progressos tecnológicos. A idéia de progresso apresenta-se em Durkheim atrelada à divisão social do trabalho e ao conceito de solidariedade social. Ele reconhecia que a divisão do trabalho já havia se tornado um *fato social*:

hoje, esse fenômeno generalizou-se a tal ponto que salta aos olhos de todos. Não há mais ilusão quanto às tendências de nossa indústria moderna; ela vai cada vez mais no sentido dos mecanismos poderosos, dos grandes agrupamentos de forças e capitais e, por conseguinte, da extrema divisão do trabalho. Não só no interior das fábricas, as ocupações são separadas e especializadas *ad infinitum*, como cada manufatura é, ela mesma, uma especialidade que supõe outras (DURKHEIM, 1999, p. 1).

A partir desse quadro, tornar-se-ia, então, crucial para Durkheim, estudar as causas e conseqüências da divisão social do trabalho, bem como sua relação com o progresso econômico, decorrente da crescente especialização e de processos de individualização. É bom lembrar que, para ele, a divisão do trabalho se dá não só no âmbito econômico, mas também em outras áreas da vida social:

Mas a divisão do trabalho não é específica do mundo econômico: podemos observar sua influência crescente nas regiões mais diferentes da sociedade. As funções políticas, administrativas, judiciárias especializam-se cada vez mais. O mesmo ocorre com as funções artísticas e científicas. Estamos longe do tempo em que a filosofia era a ciência única; ela

fragmentou-se numa multidão de disciplinas especiais, cada uma das quais tem seu objeto, seu método, seu espírito (DURKHEIM, 1999, p. 2).

A “solidariedade” que une os membros de uma determinada sociedade pode ser de dois tipos: solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. A solidariedade mecânica, para ele, é característica das sociedades pré-capitalistas, com baixa divisão social do trabalho, forte coesão, coerção e controle social emanados da tradição, assim como de baixos índices de individualização. A solidariedade orgânica caracterizar-se-ia pelo aumento da divisão social do trabalho, que contribuiria para afrouxar os laços que prendiam os indivíduos à coletividade, aumentando, no entanto, a interdependência entre os mesmos em virtude do surgimento de novas especializações, decorrentes do incremento e expansão da racionalidade econômica.

Embora Durkheim tenha criticado explicitamente posturas de Comte e de Spencer com relação à perspectiva evolucionista por eles adotada (DURKHEIM, 2003, p. 46), é evidente que esta crítica teve mais um caráter pontual e residual, não significando, de fato, uma ruptura com a perspectiva criticada. A crítica que ele dirigiu aos autores citados é passível de ser direcionada contra o próprio Durkheim, que também idealizou os modelos de democracia como desdobramento de um fluxo contínuo através da história, como hierarquizou culturalmente as sociedades totêmicas por ele investigadas como inferiores, em contraste com as sociedades ocidentais, supostamente mais complexas (ARON, 2002).

É notório que o pensamento positivista exerceu grande influência sobre a intelectualidade brasileira no século XIX, tendo mesmo contribuído para impulsionar os processos de transformações sociais no Brasil, criando condições favoráveis à superação do sistema escravocrata e ao estabelecimento das relações capitalistas (SOARES DO BEM, 2006, p. 1146). Neste sentido, o positivismo produziu, no campo disciplinar da sociologia, efeitos semelhantes, no plano das ideias, aos produzidos, no campo imediato da racionalização do sistema produtivo, pela administração. Dada a sua específica configuração epistemológica, o positivismo estrutura-se de modo eminentemente aberto à intervenção social, uma vez que ele emerge intimamente vinculado à necessidade de restabelecer a ordem, concorrendo, pois, para estabilizá-la.

Diferentemente dos autores positivistas, que tinham uma visão ufanista do progresso e associavam a ele a possibilidade do desenvolvimento de forças sociais capazes de contribuir para o aperfeiçoamento do espírito humano, Marx entendia, no entanto, que a permanente necessidade de revolucionamento das forças produtivas para alimentar a lógica do capitalismo (reprodução ampliada e concentração da riqueza) contribuía para a geração de crises sistêmicas que traziam graves conseqüências sociais para toda a sociedade e, em especial, para a classe trabalhadora (MARX; ENGELS, 2002). Marx e Engels investigaram as conseqüências adversas decorrentes da introdução da máquina no processo de trabalho e destacaram o surgimento do proletariado, que possui características diferentes daquelas típicas dos trabalhadores do modo de produção feudal, uma vez que este, ao ser desapropriado dos meios de produção, passou a viver exclusivamente da venda de sua força de trabalho.

O estudo da maquinaria e da tecnologia em geral foi desenvolvido de duas formas por Marx e Engels: a primeira, a partir dos estudos desenvolvidos por Engels, inspirados ainda em categorias da economia política clássica, em que a máquina era vista como um meio para economizar trabalho e como uma substituta do trabalhador; a segunda, reformulada por Marx e incorporada à noção de mais-valia, compreende que a maquinaria tem como finalidade “reduzir o tempo de trabalho necessário para o trabalhador reproduzir sua força de trabalho” (ROMERO, 2005, p. 44). A conseqüência disso é “desvalorizar a

principal mercadoria: a força de trabalho”. Isso implica que as noções de mais-valia e valor-trabalho são verdadeiros divisores de água na análise marxiana da maquinaria. Diferentemente de Proudhon, que acreditava que a maquinaria amenizaria os efeitos da divisão do trabalho, transformando o trabalhador especializado em um indivíduo completo, pleno, Marx concebe o ingresso de máquinas na indústria como processo que intensifica os efeitos da divisão do trabalho, desvalorizando, cada vez mais, o trabalhador: “a maquinaria como perda da subjetividade do trabalhador e, por conseguinte, perda do controle do processo de trabalho” (ROMERO, 2005, p.54)

A partir de 1844, Marx se ocupou sistematicamente da análise das crises do capitalismo, num contexto em que as primeiras crises mundiais emergiam, identificando suas características endógenas, diferentemente de muitos autores de seu tempo, que viam nelas manifestações acidentais de desequilíbrios contornáveis por medidas de regulação econômica. Ele demonstrou que as crises são inerentes à própria lógica do capital em sua busca pela realização da mais-valia e, por esta razão, o sistema produtivo foi por ele visto como uma “unidade explosiva” (UREÑA, 1981, p. 147), incapaz de estabelecer limites ao próprio crescimento, gerando crises ininterruptas e cíclicas, como as crises de superprodução. Neste sentido, pode-se dizer que Marx foi um dos primeiros a identificar o caráter predatório do modo de produção capitalista, cuja lógica reprodutiva alimenta-se incessantemente da destruição de recursos naturais (MARX, 1985, p. XXV). Para ele, o necessário revolucionamento das forças produtivas traria consequências devastadoras não só para a natureza, mas também para o conjunto das relações sociais e, em especial, para os trabalhadores. Neste sentido, o que Marx vislumbrou foi o caráter ambíguo do progresso tecnológico no capitalismo, uma vez que a cultura produtivista que caracteriza este modo de produção tenderia a arruinar as próprias fontes duradouras da fecundidade e da riqueza que produz (BUEY, 2004, p. 196).

A obra de Marx pode ser uma importante fonte de inspiração para a elaboração de uma crítica aos elementos destrutivos do produtivismo que caracteriza o desenvolvimento sob a ordem capitalista e se refletem de modo imediato na relação do homem com a natureza. No entanto, a posição segundo a qual o estabelecimento de uma outra forma de relação entre o homem e a natureza somente seria possível numa sociedade comunista (Idem, p. 197) pode impor alguns obstáculos para aqueles que procuram ampliar a capacidade de ação dentro da ordem capitalista, inscrevendo a questão ambiental como um problema que precisa ser refletido e colocado na agenda política de países e regiões, mesmo no interior da civilização burguesa. A história do socialismo no século XX demonstra que não há solução preconcebida para a questão ambiental. Pois o socialismo, no dizer de Giddens (1998, p. 85), teria incorporado “essencialmente a mesma base tecnológica do capitalismo”.

Max Weber, por sua vez, ocupou-se do estudo da racionalidade capitalista e, neste sentido, colocou em evidência o papel dos sistemas científicos e tecnológicos nas modernas sociedades. Para ele, a racionalização do mundo ocidental consistiu na separação das esferas sociais, econômicas, religiosas, jurídicas e políticas. Ao invés de ressaltar a primazia das relações econômicas sobre as demais esferas, como o fez Marx, para Weber cada uma das esferas é vista como abrigando racionalidades diferentes e por isso se entrelaçam de modo complexo. As diferentes esferas são movidas por valores específicos que, na maioria das vezes, entram em conflito. Por isso é que Weber afirma que o homem moderno, fruto da racionalização do mundo, é um homem fragmentado, constatação que o levou ao reconhecimento da existência de múltiplas divisões de interesses e de *status* que situam sua obra muito além da clássica divisão da sociedade em classes postulada por Marx (GIDDENS, 1998, p. 83). Considerando os trabalhadores um grupo heterogêneo e com

interesses atravessados por motivações irredutíveis às relações econômicas, Weber não antevia, como Marx, uma direção global do desenvolvimento histórico rumo à emancipação humana e, por decorrência, não descartava o conflito como sendo um fenômeno inerente à vida social. Despidendo sua concepção de história de qualquer teleologia e acatando o acidente como possibilidade, Weber refletiu sobre dinâmicas que permitem explorar caminhos alternativos para a mudança histórica, abandonando todo e qualquer esquema determinista com relação ao futuro (RINGER, 2004, p. 80). Por esta razão, furtou-se Weber a equacionar a realidade social em termos de leis imutáveis, atribuindo à subjetividade e aos interesses cognitivos o papel de organizador da realidade e da mudança.

Weber possui uma postura bastante pessimista a respeito do processo de racionalização, que, segundo ele, traria consequências negativas e inevitáveis ao homem moderno: “o fim precípuo de nossa época, caracterizada pela racionalização, pela intelectualização e, principalmente pelo ‘desencantamento do mundo’, levou os homens a banir da vida pública os valores supremos e mais sublimes” (WEBER, 2007, p. 57). Saliente-se que o conceito de racionalização foi utilizado por Weber em pelo menos três sentidos interligados: 1) no sentido de intelectualização (dimensão positiva) e de desencantamento (dimensão negativa; 2) no sentido do elo entre fins e cálculos sobre meios adequados; e 3) no sentido de uma ética orientada para objetivos fixados (GIDDENS, 1998, p. 55). Para Weber, tanto a racionalização como o avanço da burocracia tenderiam a rebaixar o espírito humano, aprisionando os homens à “jaula de ferro” da obediência (*Gehäuse der Hörigkeit*) e aprofundando ainda mais a tensão típica da dominação legal-racional, característica das modernas sociedades (WEBER, 2004). Neste sentido, a burocracia, que decorre da crescente especialização, constituiria uma ameaça permanente à democracia, na medida em que os próprios procedimentos democráticos implicam a expansão e centralização de controles burocráticos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi aqui exposto e discutido, evidencia-se que desde o surgimento histórico do capitalismo, os seus gestores têm se enredado na reprodução de racionalidades instrumentais e cognitivas que orientam os seus poderes de decisão sobre as inovações a partir da perspectiva eminentemente imperialista do cálculo. Este poder tem se materializado, desde o início, como um poder que opera *acima da sociedade*, destruindo os limites e as bases de sua própria existência (GORZ, 1989, p. 127). Também o turismo tem pautado suas estratégias de desenvolvimento e de inovação em demandas e dinâmicas localizadas na esfera do mercado e formado seus gestores a partir de uma perspectiva pragmática inspirada nos modelos clássicos da administração, como se depreende da análise empírica dos impactos sociais, culturais e ambientais por ele provocados na região Nordeste e no Estado de Alagoas. Tais impactos são produzidos mesmo quando, sob o rótulo do desenvolvimento sustentável, a atividade turística tem legitimado projetos e empreendimentos que aprofundam contradições “naturais” e sociais. Estas evidências são suficientes para confrontar provocativamente os espíritos engajados que atuam no setor, levando-os a uma nova autodeterminação reflexiva (BECK, 1997, p. 19), que seja capaz de possibilitar uma reforma da racionalidade hegemônica que tem se demonstrado cega e surda a seus próprios efeitos e ameaças (Idem, p. 16).

Para que se efetivem novos paradigmas de sustentabilidade na atividade turística no Brasil, na região Nordeste e no Estado de Alagoas, faz-se mister que novos fundamentos ontológicos e epistemológicos passem a orientar suas estratégias de desenvolvimento, alterando substancialmente premissas tidas como intocáveis. Entre estas, o próprio estatuto

do turismo como campo de atuação e como campo científico precisa ser repensado, de modo a ser tratado “como fenômeno socioantropológico (...) e não como pura questão comercial, técnica e administrativa” (SOARES DO BEM, 2005, p. 109). A alteração do *status* ontológico do turismo deveria, por decorrência, levar à alteração das estratégias formadoras dos profissionais que atuam no setor, possibilitando a eles “a aquisição de novos compromissos valorativos” (MOTTA, 1997, p. 41), que sejam capazes de possibilitar a construção de arranjos ideais entre o uso econômico e o estoque de ativos culturais (VALIATI, 2010, p. 231-234) e a definição de prioridades no âmbito do desenvolvimento e da inovação a partir da noção de bem-estar da coletividade.

No entanto, para que muitas das mudanças aqui propostas sejam mais do que mero exercício de especulação metafísica, é inadiável que se processe a abertura das estruturas de tomada de decisões, de modo a destruir velhos procedimentos e monopólios de poder, com a inclusão de uma ampla variedade de agentes aptos a operacionalizar não apenas os consensos, mas também os dissensos, rumo a um verdadeiro fórum de negociação que aumente a capacidade de fazer escolhas (BECK, 1997, p. 43; LUSTOSA DA COSTA, p. 144) com relação aos modelos de desenvolvimento e de inovação. Ou seja, é preciso alterar, como afirma Foucault (2005, p. 4), não apenas os discursos do saber, mas também o que rege os enunciados.

Demonstramos que a sociologia pode trazer grande contribuição para ampliar os recursos cognitivos e reflexivos úteis ao desenvolvimento turístico. Mas para que possa produzir frutos mais efetivos, ela também precisa superar alguns de seus próprios bloqueios genéticos. Com efeito, ao discutir os principais problemas para a constituição de uma sociologia aplicada, Florestan Fernandes (1976, p. 93) afirma que ela “se formou sob a égide de uma concepção de conhecimento (...) que atribuía importância insignificante à ciência aplicada como esfera original e autônoma do pensamento científico”. Dessa forma, tornou-se impossível processar, aqui, a mera transposição dos conceitos relacionados à inovação, do campo da administração e da economia, para o campo disciplinar da sociologia. Demonstrou-se, no entanto, viável, o caminho que adotamos, no sentido de buscar aproximações com os temas sociológicos relacionados às noções de progresso, desenvolvimento tecnológico e as mudanças que engendram no plano das relações sociais. Se a sociologia, principalmente aquela marcada pela perspectiva crítica de análise, interessasse pelo estudo da qualidade das relações sociais, tendo em vista a ampliação da capacidade de ação de indivíduos e grupos sociais, então fica evidente que o deslocamento disciplinar opera simultaneamente a ressignificação do campo discursivo e contribui para alterar também a qualidade do conceito de inovação, fazendo deste um conceito relacionado, não mais à mera eficiência técnica, mas à qualidade de vida dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. N. Aspectos sociais e tecnológicos das atividades de inovação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 66, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 14 jan de 2009.

ANDRADE, T.. Inovação e ciências sociais: em busca de novos referenciais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58. São Paulo, 2005.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**. As estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BARRETO, M. In: GODOI TRIGO, L. G. **Turismo e qualidade**. Tendências contemporâneas. Campinas: Papirus, 1999.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo: Unesp, 1997, p. 11-71.
- BENAKOUCHE, T. Tecnologia é sociedade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 17. PPGS-SC. Florianópolis: UFSC, 1999, p. 1-28.
- BENEVIDES, Ireleno Porto. **Turismo e PRODETUR**: Dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: EUFC, 1998.
- BENI, M. C. “Sistur: Estudo do Turismo face à moderna teoria de sistemas”. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, ECA/USP, Nr. 1, Maio/1990.
- BRAKE, T.; WALKER, D.M.; WALKER, T. *Doing Business Internationally*, Burr Ridge (III), 1995.
- BUEY, F. F. Marx (sem ismos). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. **Sistemas de inovação**: políticas e perspectivas. *Parcerias Estratégicas*, 8, 2000, p. 237-255.
- CLARKE, J.; HALL, S.; JEFFERSON, T.; ROBERTS, B. “Subkulturen, Kulturen und Klasse”, In: LINDNER, R.; PARIS, R. (Hrsg.). **Jugendkultur als Widerstand - Milieus, Rituale, Provokationen**, Syndikat, Frankfurt/M, 1979.
- COMTE, Augusto. **Curso de Filosofia Positiva**. 2 ed. Abril Cultural: São Paulo, 1983.
- COROLANO, L. N. M. T. **Do Local ao Global**: O Turismo Litorâneo Cearense. Campinas: Papirus, 1998.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2 ed. Martins fontes: São Paulo, 1999.
- FEENBERG, A. **Critical theory of technology**. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- FERNANDES, F. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FREEMAN, C. **Economics of industrial innovation**. Cambridge: MIT, 1982.

GIDDENS, A. **Política, sociologia e teoria social**. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Unesp, 1998.

GOMES, L. Praia do Forte, BA: O paraíso e suas contradições. In: BALASTRERI; RODRIGUES, A. (Org.). **Turismo, modernidade, globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GORNI, P. M.; DREHER, M. T.; MACHADO, D. D. P. N. Inovação em serviços turísticos: a percepção desse processo em agências de viagens. In: Observatório de Inovação do Turismo. **Revista Acadêmica**. v. IV, n. 1, Rio de Janeiro, 2009, p. 1-14.

GORZ, A. **Critique of economic reason**. London-New York: Verso, 1989.

LE MOS, C. Inovação na era do conhecimento. **Parcerias Estratégicas**, 8, 2000, p. 157-179.

LOHMAN, P. A inovação do turismo no Brasil: os desafios na construção de sua trajetória. In: Observatório de Inovação do Turismo. **Revista Acadêmica**, v. VII, n. 2, Rio de Janeiro, 2012, p. 1-16.

LUSTOSA DA COSTA, F. Cultura e desenvolvimento: referências para o planejamento urbano e regional de bacias culturais. In: CALABRE, L. (Org.). **Políticas culturais: diálogos e tendências**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010, p. 139-160.

MACIEL, M. L. **O milagre italiano: caos, crise e criatividade**. Brasília, Paralelo 15, 1996.

MANUAL DE OSLO. **Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. Terceira Edição, 1997.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. 38 ed. Brasiliense: São Paulo, 1994.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F.. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MOLDASCHL, M. Innovation in sozialwissenschaftlichen Theorien oder Gibt es überhaupt Innovationstheorien? In: **Papers and Preprints of the Department of Innovation Research and Sustainable Resource Management**. Chemnitz university of Technology, 2010, p. 1-19.

MOREIRA, D. A.; QUEIROZ, A. C. **Inovação: Conceitos Fundamentais**. In: Inovação Organizacional de Tecnológica, São Paulo, 2007. (cap.I).

MOTTA, P. R. **Transformação organizacional**. A teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1997.

POMPL, W. **Touristik-Management 1** - Beschaffungsmanagement, Springer Verlag, Berlin/Heidelberg, 1997.

PORTELA DE MORAIS, L. S. **Impactos e inovações do turismo na região Nordeste: uma abordagem sobre o turismo étnico em Maceió**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Manuscrito. Maceió: UFAL, 2013.

PORTO GONÇALVES, C. W. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: Becker, Berta K. et al. (Org.). **Geografia e meio ambiente**. São Paulo - Rio de Janeiro: Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional/ Hucitec, 1995, p. 309-333.

RIBEIRO JUNIOR, J. **Augusto Comte e o Positivismo**. Edicamp: Campinas, 2003.

RINGER, F. **A metodologia de Marx Weber**. Unificação das ciências culturais e sociais. São Paulo: Edusp, 2004.

ROMERO, D. **Marx e a técnica**. Um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SCHLEMPER, M. **A prostituição clássica e a prostituição no âmbito do turismo sexual**: uma abordagem sociológica sobre fronteiras pouco visíveis. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Manuscrito. Maceió: UFAL, 2010.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril, 1982.

SOARES DO BEM, A.; PORTELA DE MORAIS, L. S. **Iniciativas de inovação no desenvolvimento do turismo em economias periféricas e no campo da educação**. PIBIC 2008-2009. Relatório Final. Manuscrito. Maceió: UFAL, 2009.

SOARES DO BEM, A. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Revista Educação & Sociedade**, n 97, v. 27. Campinas: Unicamp, 2006, p. 1137-1157

SOARES DO BEM, A.; ESPÍRITO SANTO, A. C. L. **Um estudo sobre os impactos jurídicos sobre as comunidades receptoras no Nordeste e no Estado de Alagoas**. PIBIC 2008-2009. Relatório Final. Manuscrito. Maceió: UFAL, 2008.

SOARES DO BEM, A. PORTELA DE MORAIS, L. S. **Um estudo sobre os impactos sociais, culturais e ambientais sobre as comunidades receptoras no Nordeste e no Estado de Alagoas**. PIBIC 2007-2008. Relatório Final. Manuscrito. Maceió: UFAL, 2008.

SOARES DO BEM, A.; FILHO, L. H. S. C. **Impactos sociais, culturais, ambientais e jurídicos do turismo**. Relatório Final Pibic 2005-2006. Maceió: FAL, 2006.

SOARES DO BEM, A.; PADILHA DE VASCONCELOS, B. H. A internacionalização do turismo em Alagoas. Relatório final PIBIC 2004-2005. I Seminário de Iniciação

Científica da Faculdade de Alagoas – FAL. **Anais....** Maceió: Faculdade de Alagoas – FAL, Julho de 2005.

SOARES DO BEM, A.; NUNES DA SILVA, E. Educação e cultura: alternativa para a comunidade de pescadores do bairro de Jaraguá. Relatório Final PIBIC 2004-2005. I Seminário de Iniciação Científica da Faculdade de Alagoas – FAL. **Anais....** Maceió: FAL, 2005.

SOARES DO BEM, A.; SCHLEMPER, M. Turismo sexual: abordagem sociológica motivacional do consumidor e suas implicações legais. Relatório Final 2004-2005. I Seminário de Iniciação Científica da Faculdade de Alagoas – FAL. **Anais...** Maceió: FAL, 2005.

SOARES DO BEM, A. **A dialética do turismo sexual**. Campinas: Papirus, 2005.

SOARES DO BEM, A.; As armadilhas do turismo com motivação sexual: em busca de uma interpretação multifatorial. In: Felizardo, Dilma. Campos, Hercuano (Org.). Congresso Nacional Técnico Científico: em busca de novos olhares sobre a exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes no Brasil. **Anais...** Natal: Casa Renascer, 2004, p. 126-138.

SOARES DO BEM, A. Globalisierung, Staat und Gender: Tourismus und Frauenhandel im Nordosten Brasiliens. In: Kramer, H., Naegele, R. (Hrsg.). **Geschlechterarrangements in globaler und historischer Perspektive**. Berlin: Mattes Verlag, 2003, p. 245-254.

SOARES DO BEM, A. A gestão da interculturalidade como agente fundamental na produção de qualidade em turismo e hospitalidade. In: **Cadernos de Administração**, n. 2. Maceió: FAL, 2002, p. 19-44.

SOARES DO BEM, A. Turismo sexual: uma abordagem sobre o fenômeno na Ásia e no Brasil. **Revista Antígona**, n. 4. Maceió: Toro de Psicanálise, 2001, p. 93-102.

STAL, E. Inovação tecnológica, Sistemas Nacionais de Inovação e Estímulos Governamentais à Inovação. In: MOREIRA, D. A.; QUEIROZ, A. C. **Inovação organizacional e tecnológica**. São Paulo: Thompson, 2007, p. 23-78.

THOMAS, A. **Psychologie Interkulturellen Handelns**. Goettingen/Bern, 1996.

UREÑA, E. M. **Karl Marx economista**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

VALIATI, L. A economia e a cultura: formação de valor e a construção de lugares de consumo e práticas culturais. In: CALABRE, L. (Org.). **Políticas culturais: diálogos e tendências**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010, p. 223- 236.

VESTER, H.-G. **Kollektive Identitaeten und Mentalitaeten**, Frankfurt/M, 1996.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Fundamentos da sociologia compreensiva. V 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

**INNOVATIONS IN THE FIELDS OF DIRECTORS AND SOCIOLOGY:
IN SEARCH OF NEW PARADIGM FOR DEVELOPMENT OF TOURISM**

Abstract

Since the historical emergence of capitalism, administrators and economists have contribute to the reproduction of cognitive and instrumental rationalities that guide decision-making powers on innovations from an eminently calculating perspective. From the beginning, this power is materialized as a power that operates over the society and destroys the limits and the foundations of its own existence. Also tourism has guided its strategies of development and innovation grounded in demands and dynamics located in the market sphere and formed their managers from a pragmatic perspective inspired by classical models of management, as reflected in the empirical analysis of the social, cultural and environmental impacts in the Northeast and in the State of Alagoas. This article demonstrates that sociology can contribute greatly to enlarge cognitive and reflective resources, useful to tourism development. But in order to produce fruit more effective, it also needs to overcome some of their own genetic locks and incorporate in their disciplinary field themes such the innovation, rather than just study, indirectly, their effects.

Keywords: Touristic innovations. Tourism, administration and sociology. Sociology of tourism. Tourism development and innovations.

Artigo recebido em 03/05/2013. Aceito para publicação em 19/06/2013.